

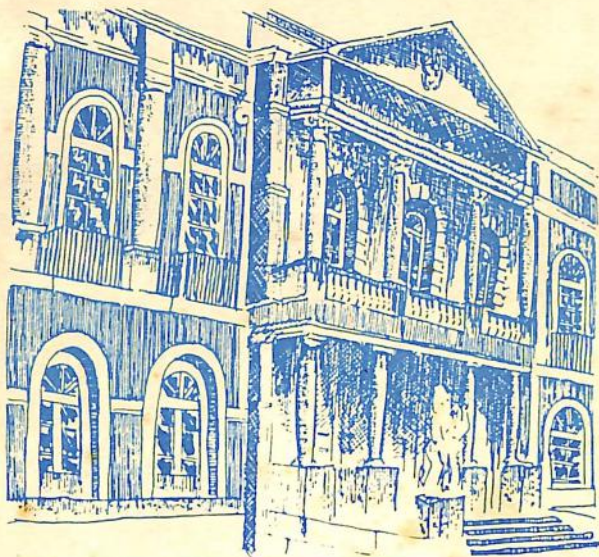
S
UFRJ/IEI
T0259

034479-6



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 259

A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE
JANEIRO NA DÉCADA DE OITENTA -
MERCADO DE TRABALHO, DISTRIBUIÇÃO
DE RENDA E POBREZA

João Sabõia
Setembro/1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE OITENTA -
MERCADO DE TRABALHO, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA (*)

João Sabóia(**)

Setembro/1991



43 - 016651

(*) Este trabalho foi desenvolvido para o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES), como subsídio para a pesquisa "Configuração do Perfil dos Meninos e Meninas de Rua no Brasil".

(**) Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração e pesquisador do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COOPERAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE



FEA - UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 07, 07, 93
N.º 034479-6
WS 88847

3
UFRJ/IEI
TD 259

FICHA CATALOGRÁFICA

SABOIA, João Luiz Maurity.

A região metropolitana do Rio de Janeiro na década de oitenta: mercado de trabalho, distribuição de renda e pobreza/ João Saboia. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991.

16 p.; 21 cm. -- (Texto para Discussão. IEI/UFRJ; nº 259)

"Trabalho desenvolvido para o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz-CLAVES, para a pesquisa "Configuração do Perfil dos Meninos e Meninas de Rua no Brasil".

Bibliografia: p. 15-16.

1. Mercado de Trabalho - Rio de Janeiro, 1980. 2. Distribuição de Renda - Rio de Janeiro, 1980. 3. Pobreza - Rio de Janeiro, 1980. I. Título. II. Série.

1. Introdução

A década de oitenta foi particularmente desfavorável para a economia brasileira. Ela iniciou-se com uma forte recessão e, após breve período de recuperação, que culminou com o Plano Cruzado, terminou com nova recessão. Após várias décadas de crescimento, quando a taxa média anual atingiu cerca de 7%, os anos oitenta apresentaram um resultado medíocre - apenas 1,6% de crescimento anual. Este resultado foi insuficiente para compensar até mesmo o aumento populacional verificado no período.

Se a economia brasileira sofreu nos anos oitenta, a economia fluminense foi ainda mais atingida pela crise. Não foi verificado qualquer crescimento na década de oitenta no Estado do Rio de Janeiro. Pelo contrário, houve um recuo da ordem de 8,5% na produção entre 1980 e 1990. Conseqüentemente, a participação do Rio de Janeiro no Produto Interno Bruto (PIB) do país baixou de 15,2% em 1980 para 12,2% em 1990, ilustrando o retrocesso da economia fluminense frente ao restante do país (Tabela 1).

Os diversos setores da economia fluminense foram atingidos de forma diferenciada pela crise. Agricultura, indústria e comércio recuaram, enquanto transportes e comunicações apresentaram crescimento. A produção industrial caiu quase 10% no período, só não apresentando resultado mais desfavorável devido ao excepcional desempenho da indústria extrativa (petróleo), cuja produção foi multiplicada por 6 (seis) entre 1980 e 1990. A indústria de construção civil recuou mais de 30% e o comércio cerca de 17% (Tabela 2).

A crise econômica brasileira trouxe importantes repercussões no campo social. No caso do Rio de Janeiro, a dimensão da crise possui potencial para trazer conseqüências ainda mais desfavoráveis. O principal objetivo deste trabalho é buscar dimensionar os efeitos da crise sobre alguns aspectos sócio-econômicos do Rio de Janeiro, especialmente em sua região metropolitana.

O texto está dividido, em três partes. Inicialmente, serão estudadas as transformações observadas no mercado de trabalho ao longo dos anos oitenta, destacando-se alguns de seus aspectos estruturais. Na seção seguinte será discutida a evolução

da distribuição da renda e da pobreza. Finalmente, a última seção procura sistematizar as principais conclusões do trabalho.

2. Mercado de Trabalho

Esta seção está dividida em duas partes. Em primeiro lugar, são apresentados alguns elementos que ilustram as transformações estruturais ocorridas no mercado de trabalho na década de oitenta. Em seguida, será discutida a evolução do assalariamento e a posse da carteira de trabalho assinada⁽¹⁾.

A base de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. São selecionados alguns anos representativos da década. Inicialmente, 1981, primeiro ano de queda da atividade econômica⁽²⁾. A recessão prolongou-se até 1983, representando outro momento importante. A recuperação durou três anos, desembocando no Plano Cruzado em 1986. Finalmente, são apresentados os dados de 1989, último ano da "década perdida" para o qual existem dados da PNAD atualmente disponíveis⁽³⁾.

2.1 Aspectos Estruturais

Os dados agregados da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) mostram resultados até certo ponto surpreendentes. Apesar da intensidade da crise econômica, a taxa de desemprego manteve-se em níveis relativamente moderados quando comparada com o padrão internacional. No auge da crise, em 1983, a taxa de desemprego aberto atingia pouco mais de 7% da população economicamente ativa (PEA). Este resultado é ainda mais

(1) Entre os textos mais recentes que têm discutido aspectos relevantes da evolução do mercado de trabalho no Brasil pede-se citar Cacciamali (1989a e 1989b), IBGE (1990), Saboia (1989 e 1991) e Salm et alii (1987).

(2) O ideal teria sido utilizar 1980 como início da década. 1980, por sinal, foi o ano de maior crescimento econômico da década de oitenta. Neste ano, entretanto, a PNAD foi substituída pelo Censo Demográfico, cujos dados não são estritamente comparáveis com os dados da PNAD. Assim, optou-se por iniciar a análise com os dados de 1981.

(3) Teoricamente, a década de oitenta só terminou em 1990.

impressionante quando verifica-se que a taxa de atividade da PEA elevou-se na década, passando de 51,7% em 1981 para 54,2% em 1989 (Tabela 3).

Como veremos a seguir, houve piora na qualidade dos empregos ao longo dos anos oitenta. De qualquer forma, o mercado de trabalho mostrou-se suficientemente dinâmico para incorporar a maioria da população que desejava trabalhar. Segundo a PNAD, a PEA cresceu 33% entre 1981 e 1989, sendo totalmente absorvida pelo mercado de trabalho, apesar das dificuldades econômicas. Trata-se, sem dúvida, de resultado que supera qualquer expectativa mais pessimista⁽⁴⁾.

O crescimento da taxa de atividade concentra-se em alguns segmentos da PEA. As mulheres, por exemplo, incorporaram-se ativamente ao mercado de trabalho. Sua taxa de atividade elevou-se de 34,9% em 1981 para 39,5% em 1989. Os homens, em contrapartida, apresentaram uma pequena flutuação, retornando em 1989 praticamente ao mesmo nível de 1981 - em torno de 70% (Tabela 4). Dados os atuais diferenciais entre homens e mulheres, ainda há espaço para um grande crescimento da taxa de atividade das mulheres no futuro.

Na análise por faixa etária verifica-se taxas bastante diferenciadas. Raras são as crianças que trabalham (6%) e apenas um terço dos adolescentes participam do mercado de trabalho⁽⁵⁾. Os valores mais elevados são encontrados na faixa 30/39 anos, onde cerca de 75% das pessoas fazem parte da PEA. Excetuando-se as crianças (entre 10 e 14 anos) e os mais velhos (acima de 50 anos), as taxas de atividade apresentaram crescimento generalizado ao longo dos anos oitenta, refletindo, possivelmente, a necessidade de incorporação de novas pessoas ao mercado de trabalho para complementar o rendimento familiar em um período de dificuldades econômicas. (Tabela 4).

(4) Uma explicação para o crescimento do emprego durante a crise pode ser buscada no fato de que o desemprego é uma situação insuportável para a maioria da PEA, na medida em que o auxílio-desemprego, criado a partir do Plano Cruzado, é muito restrito, atingindo apenas uma pequena parcela da população desempregada e representando um valor muito baixo.

(5) Ao nos referirmos a "crianças" queremos mencionar o grupo 10/14 anos e aos "adolescentes" 15/17 anos.

A taxa de atividade apresenta ainda fortes variações segundo a escolaridade dos indivíduos. Ela tende a crescer com os anos de estudo. Para as pessoas com 9 anos ou mais de estudo ela atinge quase o dobro dos valor daquelas com menos de 1 ano de estudo. Em parte isso se deve ao fato de que para as pessoas mais jovens há forte correlação entre idade e escolaridade(6). Durante a década de oitenta as taxas de atividade cresceram apenas para as pessoas com maior escolaridade, a partir de 5 anos ou mais de estudo (Tabela 4).

Os dados da Tabela 5 complementam as informações anteriores sobre sexo, idade e escolaridade, apresentando a distribuição da população ocupada segundo estas três variáveis. Como consequência do crescimento mais acentuado da taxa de participação feminina, as mulheres já atingiam, em 1989, 38,4% da população ocupada na RMRJ.

Por outro lado, a participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho permanecia reduzida em 1989 - cerca de 5%. Apesar do pequeno percentual encontrado, havia 58 mil crianças e 195 mil adolescentes trabalhando na RMRJ em 1989. O grosso da população ocupada possui entre 20 e 50 anos de idade.

Houve ainda um aumento substancial do nível médio de escolaridade da população ocupada na década. Em 1989, apenas 6% dos trabalhadores possuíam menos de 1 ano de estudo, enquanto 37,5% possuíam 9 anos ou mais de estudo. O crescimento da participação deste último grupo foi impressionante, compensando a queda de participação relativa dos grupos com menor escolaridade.

A Tabela 5 inclui também informações sobre o número de horas trabalhadas. Há uma forte redução da jornada de trabalho média, movimento esse que se acentua no final da década, após a promulgação da nova constituição. Esta redução parece ainda estar associada à entrada maciça de mulheres em tempo parcial no mercado de trabalho.

A distribuição da população ocupada por ramo de atividade aponta para um movimento de aprofundamento de transformações seculares, no sentido de aumento da importância do terciário e queda do emprego agrícola. A redução do emprego

(6) É bom não esquecer que a taxa de atividade é calculada considerando-se a população a partir de 10 anos de idade.

agrícola é pouco visível na RMRJ, devido à insignificância da agricultura na região metropolitana, sendo bem mais nítida para o conjunto do país(7). O crescimento da terciarização significa atualmente que 3 de cada 4 empregos da RMRJ pertencem ao setor terciário. Excetuando-se a administração pública, transportes e comunicação, houve crescimento da participação de todos os ramos do terciário ao longo dos anos oitenta. O ramo de prestação de serviços empregava em 1989 mais pessoas do que toda a indústria (Tabela 6).

Ao considerarmos o conjunto de dados das Tabelas 4 a 6 podemos concluir que a tendência de crescimento das taxas de atividade para a população brasileira durante os anos oitenta foi diferenciado. Tipicamente, houve entrada no mercado de trabalho de mulheres, na faixa de idade intermediária, com alto nível de escolaridade, no setor terciário da RMRJ. Se por um lado, este movimento pode estar associado à crise econômica, por outro, ele parece representar a continuidade de um processo sócio-cultural iniciado bem antes da década de oitenta, a partir de quando as mulheres passaram a lutar por seus direitos, adquirindo maior independência e participando ativamente da vida do país sob os mais diversos aspectos.

2.2 Assalariamento e Carteira de Trabalho

A população ocupada na RMRJ é em sua grande maioria constituída por pessoas assalariadas. Este fato em si não representa qualquer novidade, na medida em que o assalariamento é a forma padrão de inserção no mercado de trabalho urbano. Em 1989, 77,2% da população ocupada era composta por empregados assalariados. O segundo grupo é representado pelos trabalhadores por conta própria, constituindo 17,7% da população ocupada em 1989 (Tabela 7).

O que talvez seja um resultado mais marcante é o grande número de assalariados sem carteira de trabalho assinada. Em 1989, por exemplo, 1 de cada 3 empregados assalariados não

(7) Sobre a queda da importância do emprego agrícola no Brasil veja, por exemplo, Saboia (1991).

possua carteira de trabalho assinada. Mais grave ainda, a tendência ao assalariamento sem carteira cresceu nos anos oitenta, representando uma das consequências da crise econômica. Enquanto em 1981 56,5% da população ocupada eram empregados com carteira assinada, em 1989 este percentual havia se reduzido para 52,4%. Em contrapartida, os assalariados sem carteira passaram de 22,1% para 24,8% da população ocupada da RMRJ entre 1981 e 1989. O grupo de trabalhadores por conta própria cresceu em meados da década, recuando em seguida. Portanto, houve a perda da posse da carteira assinada para quase 3% da PEA na década de oitenta.

A comparação entre a RMRJ e as outras regiões metropolitanas do país a coloca em situação relativamente desfavorável em termos de posse da carteira de trabalho assinada. O Rio de Janeiro superava apenas os índices de Recife, Fortaleza e Belém em 1989. Em praticamente todas as regiões metropolitanas houve forte queda das taxas de posse da carteira assinada até 1983. Este movimento foi parcialmente revertido na segunda metade da década. Em 1989, entretanto, apenas Curitiba havia superado a taxa encontrada em 1981 (Tabela 8). Trata-se, indiscutivelmente, de um movimento de retrocesso nas condições de trabalho decorrente da crise dos anos oitenta.

Outro indicador que aponta para as dificuldades enfrentadas pela população refere-se à contribuição para a previdência social. Houve forte queda das taxas de contribuição, que sem qualquer dúvida reflete a própria queda da posse da carteira assinada. Enquanto em 1981 73,3% da população ocupada era composta por contribuintes, em 1989 o índice havia baixado para 68,1% (Tabela 7). Em outras palavras, quase um terço da população ocupada da RMRJ não contribuía para a previdência social em 1989, com todas as consequências que isto possa acarretar para elas e para o sistema previdenciário.

A Tabela 9 apresenta dados de posse de carteira assinada segundo o sexo e a faixa etária. A situação dos homens é ligeiramente mais favorável que a das mulheres. Nos dois casos, entretanto, o percentual de empregados com carteira assinada em 1989 era inferior ao de 1981.

São raras as crianças que se empregam com carteira assinada⁽⁸⁾. Por outro lado, a posse da carteira para os adolescentes é ainda relativamente pouco comum (Tabela 9). Os percentuais mais elevados de posse da carteira assinada são encontrados para as faixas etárias intermediárias, caindo para os mais velhos. O movimento de posse de carteira para as diferentes faixas etárias nos anos oitenta foi similar ao observado para os dois sexos - queda até meados da década, seguida de recuperação, em geral insuficiente para recuperar os níveis do início da década.

A posse da carteira assinada é também bastante diferenciada segundo o ramo da atividade considerado (Tabela 10). Ela é mais elevada na indústria, especialmente na indústria de transformação e nas outras atividades industriais⁽⁹⁾. Dentro do setor terciário a situação é muito heterogênea. As maiores taxas de carteira assinada são encontradas em transporte e comunicação e as menores na prestação de serviços e administração pública⁽¹⁰⁾. Na prestação de serviços apenas 1 de cada 2 empregados possui carteira assinada. Na agricultura a posse da carteira ainda é relativamente rara entre os empregados. Praticamente todos os ramos de atividade sofreram queda nas taxas de posses da carteira assinada ao longo da década. O recuo foi intenso até 1983 e a recuperação foi insuficiente para voltar, em 1989, aos níveis de 1981.

Concluindo a seção, pode-se afirmar que houve uma pequena tendência de queda do assalariamento na RMRJ ao longo da década de oitenta, acentuada pela perda da carteira de trabalho assinada para importante parcela dos assalariados.

3. Distribuição de Renda e Pobreza

(8) A legislação proíbe a utilização do emprego de crianças com menos de 14 anos. Portanto, a maioria dos empregados na faixa 10/14 anos estão obrigatoriamente em situação irregular.

(9) O ramo de outras atividades industriais é constituído pelas indústrias extrativa e de utilidade pública.

(10) A baixa taxa de posse da carteira de trabalho na administração pública deve-se aos trabalhadores estatutários, que segundo a legislação da época não possuíam carteira assinada.

Nesta seção será discutida a evolução da distribuição da renda e da pobreza na década de oitenta na RMRJ(11). O critério utilizado neste trabalho para a definição de situação de pobreza é a renda familiar (ou domiciliar) per capita. Serão fornecidos ao leitor dois níveis alternativos - 1/4 e 1/2 salário mínimo (SM) per capita. Na medida em que o salário mínimo variou bastante ao longo da década, fixou-se o valor real do salário mínimo em 1981 para tornar os dados comparáveis(12).

3.1 Distribuição de Renda

A evolução desfavorável da distribuição da renda durante a década de oitenta voltou a colocar a questão na ordem do dia. Depois de ser um dos assuntos mais discutidos pelos economistas nos anos setenta, a distribuição de renda foi deixada de lado, na expectativa de que sua melhora seria uma decorrência natural do processo de redemocratização do país. Tal fato, entretanto, não ocorreu, e a distribuição pessoal da renda atingiu, no final da década de oitenta, a pior situação desde que o país possui estatísticas nacionais sobre o tema.

Os primeiros dados apresentados referem-se à distribuição da população ocupada na RMRJ por classes de rendimento mensal (Tabela 11). Embora apresentados de forma bastante agregada, pode-se verificar fortes diferenciais de renda(13). Cerca de um quarto do pessoal ocupado recebia até um salário mínimo mensal em 1989. Por outro lado, quase metade da população recebia até 2 salários mínimos e aproximadamente um

(11) Vários artigos têm analisado a distribuição de renda e a pobreza no Brasil nos últimos anos: Bonelli e Sedlacek (1989 e 1991), Jatobá (1989), Rocha e Tolosa (1989) e Romão (1991). Para uma visão sobre a pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro o leitor poderá consultar Figueiredo, Schiray e Lustosa (1990).

(12) Diferentemente da seção anterior serão comparados apenas os anos extremos da década - 1981 e 1989.

(13) Embora teoricamente a PNAD levante dados de renda em geral, na prática cerca de 90% dos dados de renda da PNAD referem-se a rendimentos do trabalho. Os dados apresentados nesta seção correspondem apenas a rendimentos do trabalho. Na prática, portanto, a distribuição da renda é ainda pior do que aqui apresentada, na medida em que os outros rendimentos não incluídos concentram-se nas mãos dos mais ricos.

terço até 3 salários mínimos. São níveis de renda bastante baixos, principalmente quando se recorda o reduzido valor do salário mínimo no final da década(14).

A Tabela 11 apresenta ainda outras informações preocupantes. O percentual de pessoas recebendo até um salário mínimo elevou-se na década apesar da queda real do valor do salário mínimo. Enquanto 20,3% estavam nesta faixa em 1981, em 1989 este percentual elevava-se a 23,4%. Estes dados tiveram repercussão sobre a evolução da pobreza na RMRJ como veremos adiante. Verifica-se ainda que houve crescimento do percentual de trabalhadores recebendo mais de 5 salários mínimos no final da década. Este último dado é mais difícil de ser interpretado devido à queda do salário mínimo. Deve-se, entretanto, salientar que os níveis do salário mínimo em 1981 e 1986 estão relativamente próximos, da mesma forma que os níveis de 1983 e 1989, mais baixos que os anteriores, são comparáveis entre si. Nos dois casos, verifica-se um aumento do percentual de pessoas recebendo mais de 5 SM, indicando um processo de concentração da renda.

A piora na distribuição da renda fica bem mais nítida com a utilização dos dados da Tabela 12. Nela estão representados os percentuais do rendimento de faixas populacionais selecionadas. Tomando-se como referência o ano de 1989, verifica-se que os 50% com menores rendimentos recebiam apenas 11,2% do rendimento total, enquanto os 10% com maiores rendimentos atingiam 54,0% da renda total. Os 1% no topo da pirâmide de rendimentos atingiam 20,0% da renda global da RMRJ.

A situação mostra-se mais desfavorável quando considerada sua evolução ao longo da década. Houve nítida concentração dos rendimentos. Basta olhar para a participação das faixas superiores e inferiores de rendimento para constatar a piora. Os 50% mais pobres, por exemplo, reduziram sua participação na renda de 15,3% em 1981 para apenas 11,2% em 1989. Simultaneamente, a participação dos 10% mais ricos subiu de 44,9% para 54,0% no período. Outra forma de se constatar a deterioração

(14) O salário mínimo caiu quase 20% em termos reais entre 1981 e 1989. Ver nota na Tabela 11 comparando a evolução do salário mínimo real entre 1981 e 1989.

da distribuição de rendimentos é através da análise do índice de Gini. A evolução crescente de seu valor e o salto verificado em 1989 são sinais inquestionáveis de piora distributiva. O valor encontrado em 1989 (0,641) não encontra precedente na história da distribuição de renda da RMRJ (Tabela 12).

A análise comparativa da RMRJ com as outras regiões metropolitanas mostra que o processo concentracionista da renda é generalizado. Existem, entretanto, importantes diferenças. São Paulo, por exemplo, apresenta os melhores índices, seguida de Porto Alegre e Curitiba. Parece haver uma associação inversa entre o nível de desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, sendo ela melhor no Sul do país. As piores situações distributivas são encontradas em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém e Fortaleza. A participação dos 1% mais ricos na renda varia entre 12,5% em São Paulo e 20,0% no Rio de Janeiro. Por outro lado, a participação dos 50% mais pobres varia entre 9,7% da renda em Salvador e 14,5% em São Paulo (Tabela 13).

Os níveis de rendimento médio do trabalho nas regiões metropolitanas apresentam grandes diferenciais, refletindo as desigualdades regionais de renda. O nível médio de Brasília e São Paulo são superiores ao dobro do encontrado em Fortaleza. Em termos de renda média, a RMRJ encontra-se em situação intermediária, situando-se abaixo de Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre (Tabela 13).

Resumindo, a má distribuição da renda é uma característica generalizada nas diferentes regiões metropolitanas. O Rio de Janeiro acompanhou o processo de concentração de renda verificado no país ao longo da década de oitenta, incluindo-se, em 1989, entre as cinco regiões metropolitanas com os piores níveis de concentração da renda.

3.2 Pobreza

Embora existam várias formas de mensuração da pobreza, a utilização do nível de rendimento familiar (ou domiciliar) per capita é, sem qualquer dúvida, a mais simples e objetiva. É claro que as necessidades familiares podem ser distintas para famílias com o mesmo tamanho, em função de sua composição, relação entre o

número de adultos e de crianças, idades dos filhos, local de moradia, etc. De qualquer forma, o rendimento familiar per capita é uma medida sintética bastante utilizada na prática⁽¹⁵⁾.

Uma vez escolhida a medida, seria necessário fixar um nível a partir do qual as pessoas seriam consideradas pobres. Há aí um grande grau de arbitrariedade. Costuma-se utilizar no Brasil os valores de 1/4 ou 1/2 salário mínimo (SM) per capita. No primeiro caso, corresponderia a uma situação de renda familiar de um salário mínimo para cada 4 pessoas, e no segundo um salário mínimo para cada 2 pessoas. Nos dois casos pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas por famílias com tais níveis de rendimentos. Neste trabalho serão fornecidas informações sobre os dois níveis de rendimento, deixando ao leitor a escolha preferida.

Existe uma terceira questão a ser resolvida na análise da pobreza. Como o nível real do salário mínimo varia ao longo do tempo é preciso fixar um ano como padrão de comparação. No período estudado houve uma variação da ordem de 20% no valor real do salário mínimo. Escolhemos o ano de 1981 como ponto de partida, considerando o salário mínimo daquele ano corrigido pela inflação (INPC) como sendo o salário mínimo dos anos subsequentes para efeito da estimativa dos níveis de pobreza. Para simplificar a análise da pobreza foram utilizados apenas os anos extremos - 1981 e 1989.

Segundo a Tabela 14 havia 6,6% de famílias na RMRJ com rendimento familiar per capita até 1/4 SM em 1981 e 7,6% na mesma faixa de renda em 1989. Analogamente havia 19,1% com renda familiar per capita até 1/2 SM em 1981 e 22,7% em 1989. Estes dados indicam uma tendência de elevação do nível de pobreza na década de oitenta. Quando consideradas as famílias com crianças até 17 anos, observa-se maiores percentuais de famílias pobres, mantendo-se a tendência de crescimento da pobreza - 11,4% até 1/4 SM e 32,3% até 1/2 SM em 1989. Este último resultado é coerente, na medida em que a existência de crianças nas famílias cresce seu tamanho sem necessariamente implicar em aumento da renda familiar. Em termos absolutos existiam em 1989 na RMRJ 198 mil

(15) Para uma discussão sobre as várias técnicas de mensuração da pobreza para o Brasil veja Lustosa e Figueiredo (1990).

famílias pobres pelo critério da renda familiar per capita até 1/4 SM e 573 mil se utilizado 1/2 SM.

Na medida em que as famílias pobres provavelmente são maiores que as ricas, seria interessante verificar o percentual de pessoas que vivem em famílias pobres. Estes dados são fornecidos na segunda parte da Tabela 14. Assim, verifica-se que 8,1% das pessoas da RMRJ viviam em famílias com renda familiar per capita inferior a 1/4 SM em 1981 e 9,0% em 1989 (761 mil pessoas). Ao considerar-se o limite de 1/2 SM de renda familiar per capita obtém-se 24,1% de pessoas pobres em 1981 e 26,8% em 1989 (2.298 mil pessoas). Resultados ainda mais elevados são encontrados para pessoas pobres em famílias com crianças até 17 anos. Se considerarmos como pobres as pessoas vivendo em famílias com renda familiar per capita até 1/2 SM, verifica-se que quase 40% das pessoas vivendo em famílias com pessoas até 17 anos podiam ser consideradas pobres em 1989. Conclui-se, portanto, que a pobreza na RMRJ aumentou na década de oitenta, sendo a situação mais grave nas famílias com crianças.

Os dois tipos de famílias mais numerosas na RMRJ são constituídas por casal com filhos e mulher chefe sem cônjuge com filhos. Em 1989, do total de 3.279 mil famílias levantadas pela PNAD 1.530 eram do primeiro tipo e 579 mil do segundo tipo, representando quase dois terços do total de famílias. São elas também as mais atingidas pela pobreza. No primeiro caso, pela própria existência de crianças, que usualmente geram pouco ou nenhum rendimento. No segundo caso, pelo fato das mulheres ganharem menos que os homens e este tipo de família não ter o pai como fonte de rendimento.

Nas famílias do tipo casal com filhos os níveis de pobreza estão relativamente próximos à média da região apresentada na Tabela 14, tendo também apresentado tendência de crescimento da pobreza na década. Para as famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, entretanto, os níveis de pobreza são muito mais elevados. Em 1981, por exemplo, 15,8% destas famílias possuíam renda familiar per capita até 1/4 SM e 30,6% até 1/2 SM. Em 1989 os percentuais elevaram-se para 17,1% e 37,4% respectivamente. Quando consideradas as crianças até 17 anos em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge, verifica-se que em

1989 27,1% delas viviam com rendimento familiar per capita até 1/4 SM e 55,1% até 1/2 SM. Se utilizarmos o limite de 1/2 SM de renda familiar per capita, concluímos que mais da metade das crianças que vivem em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge podem ser consideradas pobres (Tabela 15). Portanto, também as famílias mais pobres da RMRJ, i.e. aquelas chefiadas por mulher sem cônjuge, ficaram ainda mais pobres ao longo da década de oitenta.

A Tabela 16 permite a análise da pobreza domiciliar⁽¹⁶⁾. Os domicílios estão divididos em adequados e inadequados (sem rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna)⁽¹⁷⁾. O critério utilizado é a renda domiciliar per capita. Também por este critério os dados da PNAD indicam crescimento da pobreza na RMRJ. Em 1981 5,2% dos domicílios possuíam renda domiciliar per capita até 1/4 SM e 17,6% até 1/2 SM. Em 1989 os percentuais elevaram-se para 5,9% e 20,5% respectivamente. Como esperado, os níveis de pobreza são consideravelmente mais altos nos domicílios inadequados do que nos adequados. Entre os inadequados 13,3% possuíam rendimento domiciliar per capita até 1/4 SM e 42,8% até 1/2 SM em 1989, percentuais estes bem superiores aos encontrados em 1981, sinalizando, mais uma vez, para o aumento da pobreza.

Em resumo, qualquer que seja o corte utilizado para a determinação da pobreza, os dados da PNAD apontam para um crescimento do número absoluto e relativo de pessoas, famílias e domicílios pobres na RMRJ.

4. Comentários Finais

A análise dos dados da PNAD para a RMRJ durante a década do oitenta trouxe alguns resultados que merecem ser destacados:

(16) Cabe observar que um domicílio pode possuir mais de uma família segundo os critérios da PNAD. Foram encontrados, em 1989, 3.279 mil famílias e 3.029 mil domicílios na RMRJ.
(17) Segundo a PNAD a RMRJ possuía em 1989 21,7% dos domicílios considerados como inadequados.

Em primeiro lugar, foram identificados alguns movimentos estruturais importantes, tais como a manutenção das taxas de desemprego aberto em níveis relativamente moderados durante quase todo o período; o crescimento das taxas de atividade das mulheres, das pessoas em idade intermediária e daqueles com maior nível de escolaridade; a queda da jornada de trabalho; e uma forte transferência de pessoas para o setor terciário.

Em segundo lugar, as condições de assalariamento se deterioraram até meados da década, sem que houvesse uma recuperação completa até seu final. Houve queda do emprego com carteira assinada em relação ao emprego sem carteira. Este comportamento desfavorável atingiu homens, mulheres, crianças, adultos e velhos, nos mais distintos setores da economia, parecendo ter se generalizado para as outras regiões metropolitanas do país. Consequentemente, aumentou a participação daqueles que não contribuem para a previdência social.

A distribuição da renda piorou bastante, especialmente no final da década. A RMRJ possui um perfil distributivo pior que aquele encontrado no Sul do país, aproximando-se da situação das regiões metropolitanas do Norte/Nordeste. No final da década a situação distributiva da RMRJ era extremamente desigual e injusta.

A última característica importante encontrada foi o aumento da pobreza. A cruel combinação de crise econômica com piora na distribuição da renda resultou no crescimento dos níveis de pobreza. Qualquer que seja a unidade utilizada - pessoas, famílias ou domicílios -, observou-se um crescimento dos percentuais abaixo da linha de pobreza. As famílias mais atingidas são as chefiadas por mulher sem cônjuge. Entre os grupos etários as crianças foram especialmente prejudicadas.

. Bibliografia

- Bonelli, Regis e Guilherme Luís Sedlacek, Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século, in Guilherme Luís Sedlacek e Ricardo Paes de Barros eds., Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea, Série Monográfica, n° 35, IPEA, Rio de Janeiro, 1989.
- Bonelli, Regis e Guilherme Luís Sedlacek, A Evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988, in José Marcio Camargo e Fabio Giambiagi orgs., Distribuição de Renda no Brasil, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- Cacciamali, Maria Cristina, Expansão do Mercado de Trabalho não Regulamentado e Setor Informal no Brasil, Estudos Econômicos, vol. 19, n° especial, 1989a.
- Cacciamali, Maria Cristina, Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro, Texto para Discussão n° 19, Ministério do Trabalho, Brasília, novembro de 1989b.
- Figueiredo, José Bernardo, Michel Schiray e Tania Quiles Lustosa, Relações da Pobreza com Trabalho e Família: Estudo de Identificação para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1987, Série Documentos n° 01, Instituto de Economia Industrial/UFRJ, Rio de Janeiro, outubro de 1990.
- IBGE, Síntese de Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989, Rio de Janeiro, 1990.
- Jatobá, Jorge, A Dimensão Regional da Pobreza Urbana e os Mercados de Trabalho: O Caso Brasileiro, 1970/83, in Guilherme Luís Sedlacek e Ricardo Paes de Barros eds., Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea, Série Monográfica, n° 35, IPEA, Rio de Janeiro, 1989.
- Lustosa, Tania Quiles e José Bernardo Figueiredo, Pobreza no Brasil: Métodos de Análise e Resultados, Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 20, n° 2, agosto de 1990.
- Rocha, Sonia e Hamilton Tolosa, Pobreza Metropolitana e Políticas Sociais, in IPEA, Perspectivas da Economia Brasileira - 1989, Rio de Janeiro, 1989.
- Romão, Mauricio Costa, Distribuição de Renda, Pobreza e Desigualdades Regionais no Brasil, in José Marcio Camargo e Fabio Giambiagi orgs., Distribuição de Renda no Brasil, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- Saboia, João, Dualismo ou Integração no Mercado de Trabalho?, Estudos Econômicos, vol. 19, número especial, 1989.
- Saboia, João, Emprego nos Anos Oitenta - Uma Década Perdida, Anais do Seminário sobre Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo, abril de 1991.

- Salm, Claudio et alli, O Mercado de Trabalho Brasileiro-Estrutura e Conjuntura, Ministério de Trabalho e Instituto de Economia Industrial/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1991

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
251. LESSA, Carlos; FIORI, José Luis. <u>E houve uma política econômica nacional-populista?</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 251)	34
252. PENA, Maria Valéria Junho. <u>Um sub-produto das expectativas racionais - anotações de leitura sobre as razões de Jon Elster.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 252).	30
253 - CASTRO, Antonio Barros de. <u>Política Industrial: razões e restrições.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 253).	19
254 - CORREIA, Paulo Guilherme. <u>A Teoria clássica vista a partir do conceito de programa de pesquisa.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 254).	31
255 - ARAÚJO JUNIOR, José Tavares de. <u>Uma estratégia não liberal para a abertura da economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 255).	37
256 - ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de. <u>A opção por soberanias compartilhadas na América Latina: o papel da economia brasileira.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 256).	26
257 - TEIXEIRA, Aloisio; MIRANDA, José Carlos. <u>A Economia Mundial no Limiar do Século XXI: O Cenário mais Provável.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 257).	56
258 - SABÓIA, João Luiz Maurity. <u>Emprego nos anos oitenta: uma década perdida.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 258).	25
259 - SABÓIA, João Luiz Maurity. <u>A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na Década de Oitenta - Mercado de Trabalho, Distribuição de Renda e Pobreza.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991 (Discussão nº 259)	18

TABELA 1: Taxa de Variação do Produto Interno Bruto do Brasil e do Rio de Janeiro e Participação do Produto do Rio de Janeiro em Relação ao Brasil - 1981/1990

(X)

	PIB (BR)	PIB (RJ)	PIB (RJ)/PIB (BR)
1981	- 4.39	- 4.81	15.52
1982	0.57	2.27	15.76
1983	- 3.41	- 10.85	14.55
1984	5.27	- 3.17	13.41
1985	7.95	3.66	12.84
1986	7.58	15.95	13.85
1987	3.62	- 3.23	12.93
1988	- 0.89	- 0.42	12.89
1989	3.38	3.32	12.89
1990 (1)	- 4.83	- 9.88	12.21
1981/90	16.69	- 8.55	-----

Fonte: IBGE e Fundação CIDE/RJ

TABELA 2: Índices do Produto Real, por Setor de Atividade - Estado do Rio de Janeiro - 1980/90

(X)

	Produto Real	Setor de Atividade			
		Agropecuária	Indústria	Comércio	Transportes e Comunicações
1980	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
1981	95.19	105.20	95.69	90.44	105.61
1982	97.35	107.29	96.69	94.28	110.61
1983	86.79	107.95	84.00	83.79	108.20
1984	84.04	100.29	82.29	79.59	112.14
1985	87.12	104.12	84.10	84.14	120.25
1986	101.02	104.25	96.34	103.54	127.16
1987	97.76	102.01	95.64	93.96	126.12
1988	97.35	106.75	95.49	93.16	122.85
1989	100.58	110.36	99.60	93.78	129.51
1990 (1)	91.45	93.69	90.84	83.46	126.92

Fonte: Fundação CIDE/RJ

(1) Dados preliminares

TABELA 3: População em Idade Ativa, Economicamente Ativa, Ocupada, Desocupada, Taxa de Atividade e de Desocupação - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(população em milhares, taxas em %)

	1981	1983	1986	1989
População em Idade Ativa (1)	7.363	7.724	8.389	9.114
População Economicamente Ativa (2)	3.805	4.168	4.550	4.936
População Ocupada	3.546	3.863	4.402	4.715
População Desocupada (Desempregada)	259	305	148	221
Taxa de Atividade (3)	51.7	54.0	54.2	54.2
Taxa de Desocupação (Desemprego)	6.8	7.3	3.2	4.5

Fonte: PRAD

(1) População em 10 anos ou mais

(2) A população economicamente ativa é a soma da população ocupada com a população desocupada

(3) A taxa de atividade é obtida pelo quociente entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa

TABELA 4: Taxa de Atividade por Sexo, Faixa Etária, Anos de Estudo - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

	(X)			
	1981	1983	1986	1989
Homens	69.9	70.8	71.0	70.6
Mulheres	34.9	38.5	39.1	39.5
10/14 anos	5.7	5.4	4.8	6.0
15/17	30.2	32.9	32.7	34.8
18/19	54.1	56.7	59.5	58.3
20/24	70.0	72.9	73.1	72.6
25/29	70.5	76.4	74.3	74.1
30/39	71.1	74.2	74.9	75.8
40/49	67.0	68.9	72.1	71.4
50/59	52.5	51.6	52.1	53.9
60 ou mais	20.9	22.3	21.0	19.3
Menos de 1 ano	38.2	46.6	40.8	37.1
1/2	36.2	38.9	39.5	36.2
3/4	49.0	47.7	45.9	47.0
5/8	50.9	52.5	53.6	53.6
9 ou mais	69.4	73.5	72.6	72.2

Fonte: PNAD

TABELA 5: Distribuição da População Ocupada(1) por Sexo, Faixa Etária, Grau de Instrução e Horas Trabalhadas - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

	(X)			
	1981	1983	1986	1989
Homens	64.9	62.8	62.1	61.6
Mulheres	35.1	37.2	37.9	38.4
10/14 anos	1.2	1.1	1.0	1.2
15/17	3.8	3.8	3.8	4.1
18/19	5.1	4.8	4.4	4.9
20/24	15.4	14.9	15.2	15.1
25/29	15.4	15.8	15.2	14.3
30/39	25.5	26.2	27.0	27.0
40/49	18.5	18.0	18.2	18.7
50/59	11.0	11.1	10.7	10.6
60 ou mais	4.1	4.3	4.5	4.1
Menos de 1 ano	8.0	8.2	7.2	6.0
1/4	30.3	28.6	25.6	27.0
5/8	31.7	30.9	33.5	29.5
9 ou mais	30.0	32.3	33.7	37.5
Até 39 horas	20.0	18.9	18.7	24.6
40/48	52.7	55.8	59.2	58.2
49 ou mais	27.3	25.3	22.1	17.2

Fonte: PNAD

(1) Para a distribuição por sexo utilizou-se a população economicamente ativa em vez da população ocupada

TABELA 6: Distribuição da População Ocupada por Ramo de Atividade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

	(X)			
	1981	1983	1986	1989
Total Agrícola	1.3	1.2	1.2	0.9
ind. de transformação	17.7	15.3	16.9	16.3
ind. de construção	8.9	8.6	8.1	7.1
Outras atividades industriais	2.0	1.9	1.5	1.7
Total da Indústria	28.6	25.8	26.5	25.1
Comércio	12.8	13.9	13.1	14.1
Prestação de serviços	23.0	24.9	25.8	26.3
Serviços auxiliares	4.3	4.4	4.5	5.7
Transporte e comunicação	6.9	5.8	5.3	5.3
Atividades sociais	10.8	11.1	11.1	11.2
Administração pública	7.5	7.6	7.6	6.3
Outras atividades (1)	4.8	5.3	4.9	5.1
Total do Setor Terciário	70.1	73.0	72.3	74.0

Fonte: PNAD

(1) Os principais ramos de "outras atividades" são as instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários

TABELA 7: Distribuição da População Ocupada por Posição na Ocupação e Contribuição para a Previdência Social - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/1989

	(X)			
	1981	1983	1986	1989
Empregados com carteira assinada	56.5	50.2	51.7	52.4
Empregados sem carteira assinada	22.1	25.4	24.1	24.8
Total de empregados	78.6	75.6	75.8	77.2
Conta-própria	16.8	19.5	19.3	17.7
Não remunerados	0.9	1.1	0.8	1.0
Empregadores	3.7	3.8	4.1	4.1
Contribuintes	73.3	67.5	65.6	68.1
Não contribuintes	26.7	32.5	34.4	31.9

Fonte: PNAD

TABELA 8: Porcentagem de Empregados com Carteira de Trabalho Assinada(1) - Regiões Metropolitanas - 1981/89

(X)

	1981	1983	1986	1989
Rio de Janeiro	71.8	66.4	68.2	67.8
São Paulo	78.1	74.9	74.2	76.2
Curitiba	78.0	73.9	77.7	79.0
Porto Alegre	80.0	78.3	76.8	75.5
Belo Horizonte	71.7	67.3	70.3	71.6
Fortaleza	60.5	54.7	54.6	57.3
Recife	66.0	61.7	64.0	65.1
Salvador	73.1	72.7	69.3	68.4
Belo Horizonte	66.8	61.0	61.0	53.9

Fonte: PNAD

(1) Porcentagem em relação ao total de empregados

TABELA 9: Porcentagem de Empregados com Carteira Assinada(1) por Sexo e Faixa Etária - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(X)

	1981	1983	1986	1989
Homens	75.2	69.7	71.4	70.2
Mulheres	65.5	60.6	62.5	63.9
10/14 anos	9.4	4.9	6.5	15.2
15/17	39.3	25.0	23.6	30.0
18/19	47.8	42.0	41.1	48.7
20/24	75.2	70.0	69.6	71.0
25/29	80.5	77.3	74.2	76.4
30/39	77.5	73.7	77.3	75.2
40/49	74.5	68.2	72.3	69.9
50/59	72.8	64.3	68.9	67.7
60 ou mais	55.7	47.9	50.0	51.3

Fonte: PNAD

(1) Porcentagem em relação ao total de empregados

TABELA 10: Porcentagem de Empregados com Carteira de Trabalho Assinada(1) por Ramo de Atividade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

	(X)			
	1981	1983	1986	1989
Total Agrícola	19.2	20.1	33.4	20.8
Ind. de transformação	86.0	82.9	81.4	82.3
Ind. de construção	71.2	59.6	65.1	58.6
Outras atividades industriais	91.4	90.1	92.4	93.6
Total da Indústria	82.8	77.6	78.1	77.7
Comércio	78.6	75.2	78.3	74.8
Prestação de serviços	55.3	49.4	51.1	53.6
Serviços auxiliares	82.9	81.4	82.5	82.3
Transporte e comunicação	92.6	91.2	90.3	91.6
Atividades sociais	71.3	65.3	68.3	67.2
Administração pública	33.7	27.9	36.0	31.5
Outras atividades (2)	92.5	89.8	91.8	88.9
Total do Setor Terciário	67.5	62.6	64.5	64.6

Fonte: PNAD

(1) Porcentagem em relação ao total de empregados

(2) Os principais ramos de "outras atividades" são as instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários.

TABELA 11: Distribuição da População Ocupada por Classes de Rendimento Mensal - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

	(X)			
	1981	1983	1986	1989
Sem rendimento	1.0	1.2	0.9	1.0
Até 1/2 SM	7.2	7.6	5.5	5.4
1/2 a 1 SM	12.1	17.6	20.1	17.0
1 a 2 SM	27.1	25.7	24.3	25.4
2 a 3 SM	18.2	16.4	13.0	14.8
3 a 5 SM	16.6	12.6	16.5	14.7
Mais de 5 SM	17.8	18.9	19.7	21.7

Fonte: PNAD

Obs: O salário mínimo real, deflacionado pelo INPC, teve a seguinte evolução: 1981(119,4); 1983 (101,5); 1986 (123,3); 1989 (100)

TABELA 12: Distribuição do Rendimento da População Ocupada com Rendimento segundo Classes Percentuais Seleccionadas e Coeficiente de Gini - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

	1981	1983	1986	1987	1988	1989
10X - (mais pobres)	1.0	0.8	1.1	1.0	1.0	1.0
50X -	15.3	13.7	13.4	13.2	13.1	11.2
10X +	44.9	45.5	47.7	47.7	49.0	54.0
5X +	31.9	31.6	33.4	33.9	34.4	40.3
1X + (mais ricos)	11.5	11.0	13.0	13.7	12.9	20.0
Coeficiente de Gini (1)	0.552	0.574	0.585	0.588	0.595	0.641

Fonte: PNAD

(1) O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor pior] a distribuição da renda.

TABELA 13: Dados Comparativos da Distribuição do Rendimento da População Ocupada com Rendimento - Regiões Metropolitanas - 1989

	RIO	SP	CUR	POA	BH	FOR	REC	SAL	BSB	BEL
50X -	11.2	14.6	12.9	13.6	11.3	11.8	11.4	9.7	10.5	10.6
10X +	54.0	45.5	49.1	46.2	51.1	55.1	56.3	53.9	48.7	52.7
5X +	40.3	32.4	35.6	32.6	36.0	41.6	42.7	39.3	34.4	38.1
1X +	20.0	12.5	16.6	13.2	13.4	18.4	18.8	16.7	14.2	15.1
Renda média (1)	1256	1669	1432	1271	1120	790	873	1198	1744	1214
Coeficiente de Gini (2)	0.641	0.563	0.600	0.577	0.622	0.639	0.649	0.657	0.622	0.640

Fonte: PNAD

(1) A renda média mensal] apresentada em cruzados novos de 1989.

(2) O coeficiente de Gini varia entre 0 e 1. Quanto maior seu valor pior] a distribuição da renda.

TABELA 14: Distribuição Acumulada das Famílias e Pessoas segundo a Classe de Rendimento Mensal Familiar per Capita - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(X)

	1981			1989		
	Sem Rend.	At J 1/4 SM	At J 1/2 SM	Sem Rend.	At J 1/4 SM	At J 1/2 SM
Famílias	2.6	6.6	19.1	2.2	7.6	22.7
Famílias com pessoas de 0 a 17 anos	3.4	9.4	26.8	3.3	11.4	32.7
Pessoas	2.2	8.1	24.1	1.7	9.0	26.8
Pessoas de 0 a 17 anos	3.1	13.1	36.1	2.8	15.1	39.5

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, IBGE (Tabela 2)

Obs: Foi utilizado em 1989 o valor do SM de 1981 inflacionado pelo INPC para tornar os dados comparáveis.

TABELA 15: Distribuição Acumulada das Famílias e Pessoas de 0 a 17 Anos por Tipo de Unidade Doméstica segundo a Classe de Rendimento Mensal Familiar per Capita - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(X)

	1981			1989		
	Sem Rend.	At J 1/4 SM	At J 1/2 SM	Sem Rend.	At J 1/4 SM	At J 1/2 SM
Famílias						
Casal com filhos	1.6	6.3	21.6	0.7	7.0	25.2
Mulher chefe sem cônjuge com filhos	8.7	15.8	30.6	8.9	17.1	37.4
Pessoas de 0 a 17 anos						
Casal com filhos	2.0	11.7	34.8	0.7	12.1	36.1
Mulher chefe sem cônjuge com filhos	11.0	25.2	47.2	11.5	27.1	55.1

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, IBGE (Tabela 4)

TABELA 16: Distribuição Acumulada dos Domicílios(1) por Condição de Saneamento segundo a Classe de Rendimento Mensal Domiciliar per Capita - Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1981/89

(X)

	1981			1989		
	Sem Rend.	At J 1/4 SM	At J 1/2 SM	Sem Rend.	At J 1/4 SM	At J 1/2 SM
Domicílios	1.3	5.2	17.6	0.7	5.9	20.5
Adequados	1.0	2.9	11.1	0.6	3.8	14.3
Inadequados (2)	2.2	10.9	34.0	1.2	13.3	42.8

Fonte: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, IBGE (Tabela 5)

(1) Domicílios particulares permanentes

(2) São considerados inadequados os domicílios que não dispõem de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna

Obs: Foi utilizado em 1989 o valor do SM de 1981 inflacionado pelo INPC para tornar os dados comparáveis

ESTE LIVRO SÓ DEVE SER CONSULTADO NA BIBLIOTECA

S
UFRJ/IEI
TD259

034479-6
FEA

25 88847

SABOIA, JOAO LUIZ MAURITY.

REGIAO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO NA DECADA DE OITENTA : MERCADO DE TRABALHO, DISTRIBUICA O DE RENDA E POBREZA.